

Documento de Trabalho n.º 29
Direcção-Geral de Estudos e Previsão
Ministério das Finanças

Calculador do IVA “teórico”

Inês Rego Serrano *

José Carlos Pereira *

Resumo

O presente trabalho tem como objectivo a elaboração de uma metodologia de cálculo da receita potencial de IVA (IVA “teórico”) para os anos de 1995 e 2000 e a estimação do impacto de um aumento de um ponto percentual na taxa normal de IVA na receita deste imposto.

Para a estimação do IVA “teórico” a metodologia adoptada consistiu em determinar, para cada uma das variáveis da base tributável identificadas, a desagregação por produtos e taxas de IVA correspondentes, e em seguida agrupar pelas diferentes taxas de imposto de forma a obter a receita potencial correspondente. Para 1995 os resultados obtidos neste trabalho estão próximos do IVA cobrado, enquanto que para 2000 se situam abaixo da estimativa de IVA cobrado.

De acordo com os cálculos efectuados, um aumento de 1 ponto percentual da taxa normal do IVA tem, *ceteris paribus*, um efeito estimado de 4,5% na receita potencial.

Palavras-chave: IVA, receita potencial, base tributável, Contas Nacionais.

Abstract

This work presents a methodology of calculation of VAT (Value Added Tax) potential revenue for 1995 and 2000 and an estimate for the impact on VAT revenue of one percentage point increase in the standard rate of VAT.

The methodology of calculation of VAT potential revenue consists in breaking down each categories of the VAT basis by product and corresponding rate of VAT and then aggregate them by rate of VAT to calculate the potential revenue. Results for 1995 are similar with total net VAT revenue collected, and for 2000 are below estimated revenue collected.

The estimated ceteris paribus impact of one percentage point increase in the standard rate of VAT is an increase of 4,5% on VAT revenue.

Keywords: VAT, potential revenue, VAT basis, National Accounts.

Outubro de 2002

* - Direcção Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças.

Os autores agradecem os comentários e apoio concedido por Dr. Luís Morais Sarmento e Prof. Fernando Chau, e a colaboração da Dr.ª Carla Rodrigues no tratamento dos dados do Inquérito ao Orçamento das Famílias de 2000. Todos os erros e omissões são da exclusiva responsabilidade dos autores.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objectivo a elaboração de uma metodologia de cálculo da receita potencial de IVA (IVA “teórico”) para os anos de 1995 e 2000 e a estimação do impacto de um aumento de um ponto percentual na taxa normal do IVA na receita deste imposto.

A estimação do IVA teórico foi seccionada nas diversas componentes da despesa agregada que formam a base tributável deste imposto: Consumo Final das Famílias, Consumo Intermédio das Administrações Públicas e de Outros Ramos Isentos de Imposto e Formação Bruta de Capital Fixo não dedutível e “ajustado”.

De acordo com os cálculos efectuados, um aumento de 1 ponto percentual da taxa normal do IVA tem, *ceteris paribus*, um efeito estimado de 4,5% na receita potencial.

2. Enquadramento

O sistema fiscal português é constituído por um conjunto de impostos estaduais e locais que incidem sobre o rendimento, o património e a despesa e por alguns impostos que tributam certos actos ou situações específicas. Existem também as contribuições para a Segurança Social.

Nos impostos indirectos incluem-se o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos específicos, nomeadamente o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, Imposto de Consumo sobre o Tabaco, o Imposto de Consumo sobre o Bebidas Alcoólicas, o Imposto de Consumo sobre a Cerveja e o Imposto Automóvel.

Na estrutura fiscal, o IVA é o imposto que assume maior importância no total das receitas fiscais, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 1. Estrutura dos Impostos, em %

	1995	2000
Impostos Directos	39,0%	44,0%
IRS	27,1%	26,2%
IRC	11,5%	17,4%
Outros Imp. Directos	0,4%	0,4%
Impostos Indirectos	61,0%	56,0%
ISP	12,6%	8,2%
Selo	5,6%	4,0%
IVA	33,1%	33,8%
IA	3,9%	4,7%
Tabaco	4,4%	4,0%
Bebidas Alcoólicas	0,4%	0,5%
Cerveja	0,5%	0,3%
Outros Imp. Indirectos	0,4%	0,4%
Total de Impostos	100,0%	100,0%

Fontes: Conta Geral do Estado 1995 e 2000.

O IVA é um imposto que incide sobre os utilizadores finais de bens e serviços, sendo que os produtores apenas têm de pagar a diferença entre o IVA sobre as suas vendas e o IVA sobre as suas compras destinadas ao seu próprio consumo intermédio ou à formação bruta de capital fixo. No sistema de Contas Nacionais a maior parte do IVA é registada como sendo paga sobre os empregos finais, principalmente sobre o consumo das famílias¹. No entanto, uma parte do IVA pode ser paga pelas empresas, principalmente por aquelas que estão isentas de IVA, uma vez que não podem deduzir o IVA que pagam sobre as suas compras.

As taxas do imposto nos anos em análise eram: taxa reduzida (5%), taxa intermédia (12%) e taxa normal (17%). Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira as taxas eram, respectivamente, 4%, 8% e 12%.

3. Estimação do IVA “teórico”

Para a estimação do IVA “teórico” a metodologia adoptada consistiu em determinar para cada uma das variáveis da base tributável identificadas a desagregação por produtos e taxas de IVA correspondentes, e em seguida agrupar pelas diferentes taxas de imposto de forma a obter a receita potencial correspondente. As diversas

¹ “um imposto do tipo valor acrescentado é um imposto sobre bens e serviços cobrado por etapas pelas empresas e que, em última instância, é cobrado integralmente aos consumidores finais.” (SEC95)

componentes da despesa agregada que formam a base tributável do IVA², foram tratadas separadamente: Consumo Final das Famílias, Consumo Intermédio das Administrações Públicas e de Outros Ramos Isentos de Imposto e Formação Bruta de Capital Fixo não dedutível e “ajustado”.

Utilizaram-se os dados da Contabilidade Nacional disponíveis, bem como outras fontes de informação complementares.

Optou-se por aplicar esta metodologia a dois anos distintos: 1995 e 2000. A escolha de 1995 deve-se ao facto de ser um ano para o qual já está disponível toda a informação definitiva de Contas Nacionais Anuais, bem como de todos os dados provenientes da administração tributária, e de nesse ano ter sido efectuado o penúltimo Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF 94/95). A opção do 2000 resulta da recente divulgação dos resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares efectuado nesse ano.

Apesar da metodologia utilizada ser a mesma, a disponibilidade de Contas Nacionais Anuais para 1995, possibilita uma maior desagregação do exercício, nomeadamente devido à existência de valores para os consumos intermédios dos ramos de actividade por produtos (obtidos através do quadro de empregos).

3.1. Estimação do IVA que incide no Consumo Final das Famílias

A estimação do IVA que incide no Consumo Final das Famílias foi desagregado em Consumo das Famílias Residentes e Consumo dos Não Residentes no Território.

3.1.1. Estimação do IVA que incide no Consumo das Famílias Residentes

Com base nos resultados dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares de 1994/95 e de 2000, construíram-se as seguintes estruturas da Despesa de Consumo das Famílias residentes, por Continente, Açores e Madeira e por tipo de taxa de IVA (isento, taxa reduzida, taxa intermédia e taxa normal)³.

² segundo o Regulamento (CEE/EURATOM) nº 1553/89 do Conselho das Comunidades Europeias.

³ A desagregação entre Continente e Regiões Autónomas é necessária, dada a diferenciação de taxas de IVA que se verifica nestas regiões.

Quadro 2. Estrutura do Consumo Final das Famílias Residentes

1994/95	Continente		Madeira		Açores		Portugal	
	Estrutura*	Taxas	Estrutura*	Taxas	Estrutura*	Taxas	Estrutura	Taxas Médias
Taxa nula	10,9%	0%	0,1%	0%	0,1%	0%	11,1%	0%
Taxa reduzida	29,8%	5%	0,6%	4%	0,6%	4%	31,0%	5,0%
Taxa intermédia	10,2%	12%	0,1%	8%	0,1%	8%	10,4%	11,9%
Taxa normal	46,0%	17%	0,7%	12%	0,7%	12%	47,5%	16,8%
Total	96,9%	10,9%	1,6%	7,7%	1,6%	7,7%	100,0%	10,8%

2000	Continente		Madeira		Açores		Portugal	
	Estrutura*	Taxas	Estrutura*	Taxas	Estrutura*	Taxas	Estrutura	Taxas Médias
Taxa nula	11,6%	0%	0,1%	0%	0,2%	0%	11,9%	0%
Taxa reduzida	28,2%	5%	0,5%	4%	0,6%	4%	29,2%	5,0%
Taxa intermédia	13,1%	12%	0,1%	8%	0,2%	8%	13,4%	11,9%
Taxa normal	43,9%	17%	0,7%	12%	0,9%	12%	45,5%	16,8%
Total	96,9%	10,8%	1,4%	7,7%	1,7%	8,0%	100,0%	10,7%

* Peso relativamente ao total de Portugal

Fontes: INE, "Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1994/95", "Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000" e DGEP.

Aplicaram-se estas estruturas aos valores, líquidos de IVA, do Consumo das Famílias Residentes em 1995 das Contas Nacionais Anuais e do Consumo das Famílias Residentes em 2000, das Contas Nacionais Trimestrais, respectivamente, obtendo-se assim as respectivas bases tributáveis do IVA para aqueles anos:

Quadro 3. Consumo das Famílias Residentes, por taxas de IVA

milhões de euros

1995	Continente	Madeira	Açores	Portugal
Taxa nula	4896,0	53,2	58,6	5007,9
Taxa reduzida	13426,6	268,4	261,1	13956,1
Taxa intermédia	4580,2	61,6	56,3	4698,1
Taxa normal	20733,2	328,5	326,8	21388,5
Total	43635,9	711,8	702,8	45050,5

milhões de euros

2000	Continente	Madeira	Açores	Portugal
Taxa nula	7844,1	108,7	101,4	8054,2
Taxa reduzida	16680,3	331,2	296,2	17307,7
Taxa intermédia	7679,8	87,9	82,0	7849,8
Taxa normal	28196,2	564,5	431,7	29192,4
Total	60400,4	1092,4	911,3	62404,1

Fontes: INE e DGEP.

A partir desta desagregação da despesa, estimou-se o IVA "teórico" que incide sobre o consumo das famílias residentes:

Quadro 4. IVA “teórico” do Consumo das Famílias Residentes

		milhões de euros			milhões de euros
1995		IVA "teórico"	2000		IVA "teórico"
Taxa nula		0,0	Taxa nula		0,0
Taxa reduzida		692,5	Taxa reduzida		859,1
Taxa intermédia		559,1	Taxa intermédia		935,2
Taxa normal		3603,3	Taxa normal		4912,9
	Total	4854,8		Total	6707,2

Fonte: DGEP.

3.1.2. Estimação do IVA que incide no Consumo dos Não Residentes no Território

A partir da estrutura dos Gastos dos Estrangeiros em Portugal de 1994 e 2000, da Direcção-Geral do Turismo, construiu-se uma tabela da despesa dos não residentes por taxa de IVA (isento, taxa reduzida, taxa intermédia e taxa normal) para o Continente e Regiões Autónomas, obtendo-se estruturas das despesas de estrangeiros por taxas de IVA, para os dois anos em análise.

Quadro 5. Estrutura do Consumo dos Não Residentes no Território

1995	Continente		Madeira		Açores		Portugal	
	Estrutura*	Taxas	Estrutura*	Taxas	Estrutura*	Taxas	Estrutura	Taxas Médias
taxa nula	0,2%	0%	0,0%	0%	0,0%	0%	0,2%	0%
taxa reduzida	45,5%	5%	2,3%	4%	1,0%	4%	48,8%	4,9%
taxa intermédia	27,3%	12%	1,4%	8%	0,6%	8%	29,3%	11,7%
taxa normal	20,3%	17%	1,0%	12%	0,4%	12%	21,7%	16,7%
Total	93,3%	9,7%	4,7%	6,9%	2,0%	6,9%	100,0%	9,5%

2000	Continente		Madeira		Açores		Portugal	
	Estrutura*	Taxas	Estrutura*	Taxas	Estrutura*	Taxas	Estrutura	Taxas Médias
taxa nula	0,1%	0%	0,0%	0%	0,0%	0%	0,1%	0%
taxa reduzida	48,9%	5%	3,1%	4%	1,7%	4%	53,8%	4,9%
taxa intermédia	24,2%	12%	1,5%	8%	0,9%	8%	26,6%	11,6%
taxa normal	17,7%	17%	1,1%	12%	0,6%	12%	19,4%	16,6%
Total	91,0%	9,2%	5,8%	6,6%	3,2%	6,6%	100,0%	9,0%

* Peso relativamente ao total de Portugal (nas Regiões Autónomas admitiu-se a mesma estrutura do Continente, considerando-se o peso dos gastos totais dos não residentes na Madeira e nos Açores, respectivamente).

Fontes: DGT e DGEP

Aplicou-se aquelas estruturas por taxas de IVA os valores, líquidos de IVA do Consumo dos Não Residentes no território, das Contas Nacionais Anuais de 1995 e das Contas Nacionais Trimestrais de 2000, respectivamente.

Quadro 6. Consumo dos Não Residentes no Território, por taxas de IVA

milhões de euros				
1995	Continente	Madeira	Açores	Portugal
Taxa nula	6,1	0,3	0,1	6,5
Taxa reduzida	1475,9	74,4	31,6	1581,9
Taxa intermédia	886,7	44,7	19,0	950,4
Taxa normal	658,3	33,2	14,1	705,6
Total	3027,0	152,5	64,9	3244,4

milhões de euros				
2000	Continente	Madeira	Açores	Portugal
Taxa nula	7,0	0,4	0,2	7,7
Taxa reduzida	2497,8	159,2	87,8	2744,8
Taxa intermédia	1237,8	78,9	43,5	1360,2
Taxa normal	902,4	57,5	31,7	991,7
Total	4644,9	296,1	163,3	5104,3

Fontes: INE e DGEP.

A partir desta desagregação da despesa, estimou-se o IVA teórico que incide sobre o consumo dos não residentes no território:

Quadro 7. IVA “teórico” do Consumo de Não Residentes no Território

milhões de euros		milhões de euros	
1995	IVA "teórico"	2000	IVA "teórico"
Taxa nula	0,0	Taxa nula	0,0
Taxa reduzida	78,0	Taxa reduzida	134,8
Taxa intermédia	111,5	Taxa intermédia	158,3
Taxa normal	117,6	Taxa normal	164,1
Total	307,1	Total	457,2

Fonte: DGEP.

3.2. Estimação do IVA que incide no Consumo Intermédio

3.2.1. Estimação do IVA que incide no Consumo Intermédio das Administrações Públicas

Segundo o artigo 2º do código do IVA, “O Estado e demais pessoas colectivas de direito público não são sujeitos passivos do imposto quando realizem operações no exercício dos seus poderes de autoridade”. Deste modo, o IVA pago pelas Administrações Públicas está incorporado no respectivo Consumo Intermédio, porque as Administrações Públicas funcionam como agente activo, isto é sem possibilidade de deduzir o IVA.

Para a determinação do IVA constante no Consumo Intermédio das Administrações Públicas utilizaram-se duas ópticas para o ano de 1995, possibilitada pela disponibilidade de Contas Nacionais Anuais para esse ano, sendo apenas possível replicar uma delas para o ano de 2000.

Na primeira óptica utilizou-se o quadro dos empregos a preços de aquisição, para se obter o consumo intermédio dos ramos não mercantis “75-Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória”, “80-Educação”, “85-Saúde e Acção Social”, “90-Saneamento, Higiene Pública e Actividades Similares” e “92-Actividades Recreativas, Culturais e Desportivas”, desagregado por produtos aos quais se aplicou as taxas de IVA implícitas. Para a determinação do consumo intermédio não mercantil dos ramos referidos, teve que se extrair a parte mercantil neles incluída. Para tal, utilizou-se o consumo intermédio, líquido de IVA, do quadro das despesas das Administrações Públicas por função desagregando-o pelos ramos respectivos, obtendo-se assim o peso do consumo intermédio não mercantil no total do consumo intermédio daqueles ramos.

Quadro 8. Consumo Intermédio das Administrações Públicas, desagregado por taxas de IVA

milhões de euros			
1995	Consumo intermédio das Adm. Públicas	estrutura	IVA "teórico"
Taxa nula	310,4	10,3%	0
Taxa reduzida	645,6	22,6%	32,3
Taxa intermédia	74,7	2,8%	9,0
Taxa normal	1650,5	64,3%	280,6
Total	2681,2	100,0%	321,8

Fontes: INE e DGEP.

Na segunda óptica utilizaram-se os dados da aquisição de bens e serviços correntes apresentados na Conta Geral do Estado, os quais se desagregaram por taxas de imposto (conforme exemplificado no Anexo III).

Em seguida foram agrupados os dados por incidência de taxas de imposto:

**Quadro 9. Dados do Consumo Intermédio da CGE,
desagregado por taxa de IVA**

milhões de euros			milhões de euros		
	1995	estrutura		2000	estrutura
Taxa nula	95,3	2,8%	Taxa nula	138,5	2,9%
Taxa reduzida	127,3	3,8%	Taxa reduzida	142,8	3,0%
Taxa normal	3160,4	93,4%	Taxa normal	4461,2	94,1%
Total	3383,0	100,0%	Total	4742,5	100,0%

Fontes: Conta Geral do Estado de 1995 e 2000 e DGEP.

Aplicou-se esta estrutura ao total do Consumo Intermédio, líquido de IVA, da Despesa de Consumo Final das Administrações Públicas das Contas Nacionais Anuais de 1995 e à estimada nas Contas das Administrações Públicas para o ano de 2000⁴.

**Quadro 10. Estimação do IVA “teórico” do Consumo Intermédio
das Administrações Públicas**

milhões de euros		
1995	Consumo Intermédio das Adm. Públicas	IVA "teórico"
Taxa nula	84,6	0,0
Taxa reduzida	107,6	5,4
Taxa normal	2397,8	407,6
Total	2590,0	413,0

milhões de euros		
2000	Consumo Intermédio das Adm. Públicas	IVA "teórico"
Taxa nula	144,6	0,0
Taxa reduzida	142,0	7,1
Taxa normal	3980,3	676,6
Total	4266,9	683,7

Fontes: “Procedimento dos Défices Excessivos, Fevereiro de 2002” e DGEP.

Como se pode verificar, as duas ópticas utilizadas na estimação do IVA que incide no Consumo Intermédio das Administrações Públicas para o ano de 1995 conduzem a resultados distintos, em parte explicados pela não existência de dados suficientemente desagregados nas duas ópticas, que permitam uma afectação mais correcta das taxas de IVA.

⁴ Notificação de Fevereiro de 2002 do Procedimento dos Défices Excessivos.

Quadro 11. Comparação das duas ópticas

1995	Estrutura (%)		IVA "teórico" (milhões de euros)		
	1ª óptica	2ª óptica	1ª óptica	2ª óptica	Diferença
Taxa nula	10,3%	2,8%	0	0	0
Taxa reduzida	22,6%	3,8%	32,3	5,4	-26,9
Taxa intermédia	2,8%	-	9,0	-	-9,0
Taxa normal	64,3%	93,4%	280,6	407,6	127,0
Total	100,0%	100,0%	321,8	413,0	91,2

Fonte: DGEP.

3.2.2. Estimação do IVA que incide no Consumo Intermédio dos outros ramos isentos

Os ramos de actividade isentos de pagamento de IVA não têm a possibilidade de deduzir o IVA suportado nas suas aquisições, pelo que deve ser contabilizado o IVA pago nos consumo intermédios destes ramos.

Tendo em conta o disposto no Código do IVA, considerou-se como outros ramos isentos os ramos : "65-Intermediação Financeira", "66- Seguros, Fundos de Pensões e de Outras Actividades Complementares de Segurança Social" e "67-Actividades Auxiliares de Intermediação Financeira".

Utilizou-se o quadro dos empregos a preços de aquisição, para se obter o consumo intermédio daqueles ramos desagregado por produtos, aos quais se aplicou as taxas de IVA implícitas. Como só se dispõe informação para as Contas Nacionais Anuais de 1995, a estimação desta parcela do IVA teórico foi efectuada apenas para esse ano.

Quadro 12. Consumo Intermédio dos Ramos Isentos, desagregado por taxas de IVA

1995	milhões de euros	
	Consumo Intermédio de Ramos Isentos	IVA "teórico"
Taxa nula	526,4	,0
Taxa reduzida	209,0	10,0
Taxa intermédia	42,1	4,5
Taxa normal	853,2	124,0
Total	1630,7	138,4

Fontes: INE e DGEP.

3.3. Estimação do IVA que incide na Formação Bruta de Capital Fixo

Para os valores da Formação Bruta de Capital Fixo utilizaram-se as Contas Nacionais Anuais Definitivas para o ano de 1995 e as Contas Nacionais Trimestrais para o ano de 2000, e com base na estrutura das Contas Nacionais Anuais de 1995 a 1998, estimou-se a Formação Bruta de Capital Fixo, subdividida por tipo de bens, em Construção e Outros, e por sectores institucionais, em Empresas, Particulares e Administrações Públicas, como podemos observar no quadro seguinte:

Quadro13. Formação Bruta de Capital Fixo

	milhões de euros				
	1995	1996	1997	1998	2000
por tipo de bens					
Construção	9.920,7	10.644,1	12.604,4	13.792,4	16.501,1
Outros	8.536,7	9.478,9	11.167,0	13.333,0	16.368,1
Total	18457,4	20123	23771,4	27.125,4	32.869,2
por sectores institucionais					
Empresas	9.698,5	10.463,6	12.860,8	15.334,2	17.681,7
Construção	3.139,2	3.379,4	4.308,7	4.950,7	5.766,6
Outros	6.559,3	7.084,2	8.552,1	10.383,5	11.915,1
<i>dos quais:</i> Ramos Isentos	481,0	395,7	486,5	511,7	701,1
Adm. Públicas	3.017,6	3.595,8	4.050,2	3983,2	5.418,6
Construção	2.551,8	2.879,6	3.294,6	3.185,5	4.415,6
Outros	465,8	716,3	755,6	797,7	1003,0
Particulares	5.741,2	6.063,6	6.860,4	7808,1	9769,0
Construção	4.229,7	4.385,1	5.001,1	5656,2	7115,0
Outros	1.511,6	1.678,4	1.859,3	2151,9	2654,0
Total	18.457,3	20.123,0	23.771,3	27.125,4	32.869,2

Fontes: INE e DGEP.

Nota: Os valores a sombreado são estimativas.

A desagregação dos dados por tipo de bens e sectores institucionais é necessária porque o tratamento do IVA é diferenciado nestas categorias. Assim, em primeiro lugar, as empresas de construção não deduzem IVA, funcionando neste caso como agentes activos. Também as administrações públicas e os particulares funcionam, como foi referido, como agentes activos, sendo assim devemos determinar o IVA implícito nessas componentes.

3.3.1. Estimação do IVA que incide na FBCF em Construção

A FBCF em construção regista algumas particularidades que importa referir. Em primeiro lugar dado que as empresas de construção não deduzem IVA, o imposto está incorporado no Consumo Intermédio do Ramo Construção. Por outro lado, em consonância com a metodologia adoptada pelo INE e pelos Serviços do IVA estimou-

se que cerca de 45% do total do Consumo Intermédio sem intra-consumos tem IVA não dedutível.

À semelhança do verificado na determinação do IVA constante no Consumo Intermédio das Administrações Públicas, também para a estimação do IVA constante no Consumo intermédio da FBCF em Construção se utilizaram duas ópticas para o ano de 1995, possibilitadas pela disponibilidade de Contas Nacionais Anuais para esse ano, sendo apenas possível replicar uma delas para o ano de 2000.

Na primeira óptica utilizou-se o quadro dos empregos a preços de aquisição, para se obter o consumo intermédio do ramo da Construção desagregado por produtos ao qual se aplicou as taxas de IVA implícitas. O valor do Consumo intermédio considerado é líquido de IVA, excluindo intra-consumo e ajustado:

Quadro 14. Consumo Intermédio na Construção, desagregado por taxas de IVA

milhões de euros			
1995	Consumo Intermédio na Construção	estrutura	IVA "teórico"
Taxa nula	102,4	4,4%	0
Taxa reduzida	86,4	3,7%	4,3
Taxa intermédia	19,4	0,8%	2,3
Taxa normal	2102,4	91,0%	357,4
total	2310,6	100,0%	364,1

Fontes: INE e DGEP.

Na segunda óptica, e utilizando as mesmas hipóteses, estimou-se o Consumo Intermédio com IVA implícito na FBCF Construção.

Quadro 15. Estimação do Consumo Intermédio da FBCF em Construção

milhões de euros		
	1995	2000
FBCF Total	18457,4	32869,2
Construção	9920,7	16501,1
Consumo Intermédio da FBCF Construção	5943,8	9810,4
Consumo Intermédio com IVA implícito	2674,7	4414,7

Fontes: INE e DGEP.

Nota: Os valores a sombreado são estimativas.

Para a determinação da taxa de IVA implícita no Consumo Intermédio da FBCF em construção, utilizou-se a estrutura de consumo de materiais constante nas estatísticas das empresas de construção do INE de 1995 a 1997 (ver Anexo IV).

A partir desta estrutura desagregou-se o consumo de materiais em incidência de taxas de IVA e com essa nova estrutura aplicou-se ao Consumo Intermédio com IVA implícito. Para 1995 utilizou-se a estrutura de consumo de materiais, equipamento e produtos energéticos constante no Inquérito às Empresas de Obras Públicas e Construção de 1995, e para 2000, utilizou-se a estrutura do último ano disponível, isto é de 1997.

Quadro 16. Estimação do IVA teórico na FBCF em Construção

	milhões de euros		
	1995	estrutura	IVA "teórico"
Consumo Intermédio com IVA implícito	2674,7		
<i>CI Líquido, por taxas:</i>			
Taxa reduzida	249,6	10,8%	12,5
Taxa normal	2062,0	89,2%	350,5

	milhões de euros		
	2000	estrutura	IVA "teórico"
Consumo Intermédio com IVA implícito	4414,7		
<i>CI Líquido, por taxas:</i>			
Taxa reduzida	222,8	5,9%	11,1
Taxa normal	3573,2	94,1%	607,5

Fontes: INE, DGEP.

Como se pode verificar, as duas ópticas utilizadas na estimação do IVA que incide na Construção para o ano de 1995 conduzem a resultados bastante semelhantes:

Quadro 17. Comparação das duas ópticas

1995	Estrutura (%)		IVA "teórico" (milhões de euros)		
	1ª óptica	2ª óptica	1ª óptica	2ª óptica	Diferença
Taxa nula	4,4%	-	0	0	0
Taxa reduzida	3,7%	10,8%	4,3	12,5	8,2
Taxa intermédia	0,8%	-	2,3	-	-2,3
Taxa normal	91,0%	89,2%	357,4	350,5	-6,9
Total	100,0%	100,0%	364,1	363,0	-1,1

Fonte: DGEP.

3.3.2. Estimação do IVA que incide em outra FBCF

Como foi referido, para a determinação do IVA incorporado na FBCF sem construção das Administrações Públicas e dos Particulares, utilizou-se as Contas Nacionais Anuais Definitivas para 1995 e estimou-se estas rubricas para 2000, utilizando, também a estrutura das Contas Nacionais de 1995 a 1997. Por hipótese, considerou-se que nestas rubricas a taxa de IVA implícito é a taxa normal.

Quadro 18. Estimação do IVA teórico na FBCF sem Construção das Administrações Públicas e Particulares

	milhões de euros	
	1995	IVA "teórico"
FBCF Total	18457,4	
Empresas		
Outros		
<i>dos quais:</i> Ramos Isentos	411,1	69,9
Adm. Públicas		
Outros	398,1	67,7
Particulares		
Outros	1291,9	219,6

	milhões de euros	
	2000	IVA "teórico"
FBCF Total	32869,2	
Empresas		
Outros		
<i>dos quais:</i> Ramos Isentos	599,2	101,9
Adm. Públicas		
Outros	857,2	145,7
Particulares		
Outros	2268,4	385,6

Fontes: INE, DGEP.

3.4. Estimação do IVA Total

Procedeu-se em seguida à agregação dos resultados obtidos. Assim, a base tributável e o respectivo IVA "teórico", distribuída pelas diversas taxas e agregados, são os seguintes:

Quadro 19- Base tributável distribuída pelas diversas taxas e agregados

milhões de euros

1995	Despesa de Consumo		Consumo Intermédio		FBCF				Total
	Famílias residentes	Não residentes no território	Adm. Públicas	Ramos Isentos	Construção	Outros			
						Ad. Públicas	Particulares	Ram Isentos	
Taxa nula	5007,9	6,5	84,6	526,4	-	-	-	-	5625,3
Taxa reduzida	13956,1	1581,9	107,6	199,1	249,6	-	-	-	16094,3
Taxa intermédia	4698,1	950,4	-	37,6	-	-	-	-	5686,0
Taxa normal	21388,5	705,6	2397,8	729,2	2062,0	398,1	1291,9	411,1	29384,3
Total	45050,5	3244,4	2590,0	1492,3	2311,7	398,1	1291,9	411,1	56790,0

milhões de euros

2000	Despesa de Consumo		Consumo Intermédio		FBCF				Total
	Famílias residentes	Não residentes no território	Adm. Públicas	Ramos Isentos	Construção	Outros			
						Ad. Públicas	Particulares	Ram Isentos	
Taxa nula	7443,7	8,1	144,6	n.d.	-	-	-	-	7596,4
Taxa reduzida	18259,5	2918,5	142,0	n.d.	222,8	-	-	-	21542,8
Taxa intermédia	8352,2	1446,2	-	n.d.	-	-	-	-	9798,4
Taxa normal	28404,3	1054,4	3980,3	n.d.	3573,2	857,2	2268,4	599,2	40737,0
Total	62459,7	5427,2	4266,9		3796,1	857,2	2268,4	599,2	79674,7

Fontes: INE, Contas Nacionais Trimestrais, "Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000", "Inquérito às Empresas de Construção de 1996 e 1997", Direcção-Geral de Turismo, Direcção-Geral do Orçamento, "Conta Geral do Estado", "Procedimento dos Défices Excessivos de Fevereiro de 2002" e DGEP.

Quadro 20 - IVA "teórico" distribuído pelas diversas taxas e agregados

milhões de euros

1995	Despesa de Consumo		Consumo Intermédio		FBCF				Total
	Famílias residentes	Não residentes no território	Adm. Públicas	Ramos Isentos	Construção	Outros			
						Ad. Públicas	Particulares	Ram Isentos	
Taxa reduzida	692,5	78,0	5,4	10,0	12,5	-	-	-	798,4
Taxa intermédia	559,1	111,5	-	4,5	-	-	-	-	675,1
Taxa normal	3603,3	117,6	407,6	124,0	350,5	67,7	219,6	69,9	4960,2
Total	4854,8	307,1	413,0	138,4	363,0	67,7	219,6	69,9	6433,6

milhões de euros

2000	Despesa de Consumo		Consumo Intermédio		FBCF				Total
	Famílias residentes	Não residentes no território	Adm. Públicas	Ramos Isentos	Construção	Outros			
						Ad. Públicas	Particulares	Ram Isentos	
Taxa reduzida	906,7	143,3	7,1	n.d.	11,1	-	-	-	1068,2
Taxa intermédia	994,7	168,3	-	n.d.	-	-	-	-	1163,1
Taxa normal	4781,0	174,5	676,6	n.d.	607,5	145,7	385,6	101,9	6872,8
Total	6682,4	486,1	683,7		618,6	145,7	385,6	101,9	9104,1

Fontes: INE, Contas Nacionais Trimestrais, "Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1994/95 e 2000", "Inquérito às Empresas de Construção de 1995, 1996 e 1997", Direcção-Geral de Turismo, Direcção-Geral do Orçamento, "Conta Geral do Estado", "Procedimento dos Défices Excessivos de Fevereiro de 2002" e DGEP.

Como foi já referido, o exercício para o ano de 1995 é mais completo devido à existência de dados das Contas Nacionais Anuais para aquele ano.

Com estes cálculos obteve-se a taxa média de IVA, que é de 11,3% em 1995 e 11,4% em 2000, correspondendo a cerca de 8% do PIB nos dois anos.

4. Comparação dos resultados da estimação com valores efectivos de receita de IVA

Para avaliar a qualidade da estimação efectuada, comparou-se os resultados obtidos neste estudo com a receita de IVA líquida de reembolsos.

Assim, para o ano de 1995, neste exercício estimou-se um IVA “teórico” de 6433,6 milhões de euros, enquanto de acordo com as Contas Nacionais Anuais de 1995 o IVA cobrado foi de 6382 milhões de euros.

Relativamente a 2000, não existem ainda disponíveis dados das receitas de IVA na óptica das Contas Nacionais, mas verifica-se que o valor alcançado com este exercício (9104 milhões de euros) difere do valor do IVA líquido de reembolsos estimado pelo Ministério das Finanças (9560 milhões de euros). Refira-se que para este ano, o valor do IVA “teórico” está ligeiramente subestimado (em cerca de 2%) devido a não estimação da parte respeitante ao consumo intermédio dos ramos isentos. Por outro lado, em 2000 o IVA cobrado inclui valores recebidos no âmbito do chamado “Plano Mateus”⁵ que deverão ter totalizado 94 milhões de euros, segundo estimativa da Inspeção-Geral de Finanças, referentes a créditos fiscais de anos anteriores.

Estas diferenças podem dever-se a diversos factores: fraude e evasão fiscal, alguma insuficiência de cobertura do sistema de contabilidade nacional e defasamentos temporais entre a arrecadação do imposto e a contabilização da operação que lhe dá origem.

⁵ Decreto-Lei n.º 124/96 de 10 de Agosto, que definiu as condições em que se podiam realizar as operações de recuperação de créditos fiscais e da segurança social

5. Estimação do impacto de um aumento de 1 ponto percentual na taxa normal de IVA

Procedeu-se de seguida, à estimação do impacto mecânico de um aumento de 1 ponto percentual na taxa normal de IVA, na receita de IVA “teórico” (no Continente, de 17 para 18%, e nas Regiões Autónomas, de 12 para 13%).

Quadro 21 –Impacto do aumento de 1 p.p. na taxa normal do IVA

milhões de euros		
2000	IVA teórico - situação actual	IVA teórico - aumento 1p.p. na taxa normal
Taxa reduzida	1068,21	1068,21
Taxa intermédia	1163,07	1163,07
Taxa normal	6872,83	7280,20
Total	9104,12	9511,49

Fonte: DGEP.

Tendo em conta os resultados obtidos, estima-se um aumento de IVA “teórico” de 4,5% no caso de um aumento de 1 ponto percentual na taxa normal de IVA. Sublinhe-se que este cálculo é efectuado admitindo a hipótese *ceteris paribus*, não considerando possíveis ajustamentos no comportamento dos agentes económicos a este aumento do IVA, isto é alterações nas elasticidades substituição e rendimento dos agentes económicos.

Referências Bibliográficas

- Conselho das Comunidades Europeias, Regulamento (CEE, Euratom) nº. 1553/89.
Conta Geral do Estado de 1995 e 2000.
- Direcção-Geral de Impostos, Código do IVA.
- Direcção-Geral do Orçamento, “Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos”,
Fevereiro de 2002.
- Direcção-Geral do Turismo (2001), Gastos dos Estrangeiros em Portugal 2000.
- EUROSTAT (1996), Sistema Europeu de Contas - SEC 1995.
- INE, Contas Nacionais Anuais e Trimestrais.
- INE, Estatísticas das Empresas de Construção 1995, 1996, 1997.
- INE, Gastos dos Estrangeiros não Residentes em Portugal 1997.
- INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1994/95 e 2000.
- Inspeção-Geral de Finanças, “Avaliação da evolução de diagnóstico do «Plano
Mateus»”.
- Serrão, Miguel, “Estimação da evasão e fraude fiscais no IVA (Portugal:1990-1993)”,
Documento de Trabalho nº.1/97, CEF.

ANEXO I

Inquérito aos Orçamentos Familiares

Os Inquéritos aos Orçamentos Familiares são efectuados pelo Instituto Nacional de Estatística de 5 em 5 anos em todo o território Nacional e incidem sobre o conjunto de indivíduos que vivem em alojamentos não colectivos.

Com a realização destes inquéritos pretende-se “responder às necessidades de conhecer a origem e o valor dos rendimentos dos agregados e a forma como se transformam em despesas de consumo”. Dos principais objectivos estabelecidos na elaboração dos inquéritos, destacam-se os seguintes, por serem os mais relevantes para a presente nota:

- i) actualização da estrutura de despesas de consumo dos agregados, de forma a permitir a actualização do Índice de Preços no Consumidor;
- ii) estimação das despesas de consumo dos particulares de modo a apurar a componente principal do Consumo privado, a integrar o sistema de Contas Nacionais.

A disponibilização pelo INE dos resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000, permitiu realizar a estimação da receita potencial do IVA proveniente do Consumo das famílias residentes com base numa estrutura de consumo mais actualizada. De facto, verificou-se alguma alteração na estrutura das despesas médias anuais dos agregados familiares entre o IOF de 1995 e o IOF de 2000, conforme evidenciado no quadro seguinte.

Classes de despesa (COICOP)	1995				2000	
	Preços 1995		Preços 2000		Preços 2000	
	€	%	€	%	€	%
TOTAL	11 569	100.0	13 247	100.0	13 828	100.0
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2 435	21.0	2 686	20.3	2 579	18.7
02 Bebidas alcoólicas, tabaco	325	2.8	393	3.0	391	2.8
03 Vestuário e calçado	725	6.3	743	5.6	912	6.6
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	2 382	20.6	2 744	20.7	2 734	19.8
05 Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	773	6.7	868	6.5	989	7.2
06 Saúde	529	4.6	659	5.0	719	5.2
07 Transportes	1 802	15.6	2 144	16.2	2 070	15.0
08 Comunicações	226	2.0	214	1.6	451	3.3
09 Lazer, distração e cultura	425	3.7	461	3.5	663	4.8
10 Ensino	145	1.3	179	1.4	175	1.3
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1 055	9.1	1 230	9.3	1 307	9.5
12 Outros bens e serviços	747	6.5	926	7.0	837	6.1

ANEXO II

Listagem dos produtos do consumo privado e correspondentes taxas de IVA

Descrição do Produto	Taxa de IVA (%)
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	
Produtos alimentares	
Pão e cereais	
Arroz	5
Pão e produtos de padaria	5
Massas alimentícias	5
Farinha	5
Pastelaria e bolos	17
Bolachas e biscoitos	17
Outros cereais e prod. preparados à base de cereais	17
Carne	
Carne de bovino adulto fresca	5
Carne de vitela fresca	5
Carne de porco fresca	5
Carne de ovinos e de caprinos fresca	5
Animais de capoeira fresca	5
Salsicharia	12
Carnes preparadas e outros produtos à base de carne	17
Outras carnes frescas	17
Peixe	
Peixe fresco ou frigorificado e peixe congelado	5
Peixe seco (em salmoura)	5
Moluscos e crustáceos frescos e congelados	5
Outros produtos de peixe (em conserva ou preparados)	5
Leite, queijo e ovos	
Leite gordo	5
Leite meio gordo e magro	5
Conservas de leite	5
Iogurtes	5
Queijo	5
Outros produtos lácteos	5
Ovos	5
Óleos e gorduras	
Manteiga	5
Margarina e outras gorduras vegetais	12
Azeite	5
Óleos alimentares (excepto azeite)	12
Outras gorduras animais	5
Frutas	
Frutas frescas e frigorificadas	5
Frutas secas e secadas e frutos oleaginosos	12
Frutas congeladas e em conserva	12
Produtos hortícolas, batata e out. tubérculos	
Legumes frescos e frigorificados	5
Leguminosas secas	5
Legumes congelados	5
Legumes em conserva, preparados e outros produtos à base	12
Féculas e amidos	5
Produtos derivados da batata, mandioca e outros tubérculos	5
Açúcar, compota, chocol. e prod. confeitaria	
Açúcar	17
Geleias, compotas, marmelada e mel	12
Chocolate	17
Confeitarias	17
Gelados alimentares	17
Outros produtos à base de açúcar	17
Produtos alimentares n.e.	
Temperos, molhos e condimentos	17
Sal e especiarias	5
Sopas, alimentação preparada e levedura	17

Descrição do Produto	Taxa de IVA (%)
Bebidas não alcoólicas	
Café, chá e cacau	
Café e sucedâneos	12
Chá e infusões	17
Cacau e derivados	17
Água mineral, refrigerantes e sumos	
Águas de mesa	5
Refrigerantes (bebidas gaseificadas não minerais)	5
Sumos de frutas	5
Bebidas alcoólicas e tabaco	
Bebidas alcoólicas	
Bebidas espirituosas	
Licores	17
Aguardentes, whisky e similares	17
Vinho	
Vinho	5
Outras bebidas alcoólicas à base de vinho	17
Cerveja	17
Tabaco	
Tabaco	17
Vestuário e calçado	
Vestuário	
Materiais para vestuário	17
Artigos de vestuário	17
Outros artigos e acessórios de vestuário	17
Limpeza, reparação e aluguer de vestuário	17
Calçado, incluindo reparação	
Calçado	17
Reparação e aluguer de calçado	17
Habituação, água, electric., gás e out. combust.	
Rendas efectivas de habitação	
Rendas efectivas de habitação	0
Manutenção e reparação regular da habitação	
Prod. p/ manut. e rep. regular da habitação	17
Serv. p/ manut. e rep. regular da habitação	17
Outros serviços relacionados com a habitação	
Recolha de lixo e saneamento	0
Abastecimento de água	5
Outros serviços n.e. relac. com a habitação	17
Electricidade, gás e outros combustíveis	
Electricidade	5
Gás	5
Combustíveis sólidos	17
Acessórios, equip. dom., manutenção corrente da habitação	
Mobiliário, acessór. de decor., carpetes e out.	
Mobiliário e acessórios	17
Carpetes e outros revestimentos para pavimentos	17
Repar. de mobil., acess. e revest. p/ paviment.	17
Têxteis de uso doméstico	
Têxteis de uso doméstico	17
Equipamento doméstico inc. acess. e repar.	
Equipamento doméstico durável	17
Equipamento doméstico ligeiro	17
Reparação de equipamento doméstico	17
Vidros, loiças e outros utensílios	
Vidros, loiças e outros utensílios	17
Ferramentas e utensílios para casa e jardim	
Ferramentas e utensílios	17
Pequenas ferramentas e acessórios diversos	17
Bens e serviços para manut. cor. da habitação	
Bens de uso doméstico não duradouros	17
Serviços domésticos	17

Descrição do Produto	Taxa de IVA (%)
Saúde	
Medicamentos, out. prod. farm. e mat. terap.	
Medicamentos e preparados farmacêuticos	5
Outros produtos farmacêuticos	5
Aparelhos e material terapêutico	5
Serviços médicos e para-médicos	
Serviços prestados por médicos	0
Odontologia	0
Outros serviços não hospitalares	0
Serviços prest. por estabel. de saúde c/ intern.	
Serviços prest. por estabel. de saúde c/ intern.	0
Transportes	
Aquisição de veículos	
Aquisição de veículos automóveis	
Aquisição de veículos automóveis novos	17
Aquisição de veículos automóveis usados	0
Motociclos, motorizadas e bicicletas	17
Bicicletas	17
Despesa c/ utiliz. de equip. p/ transp. pessoal	
Peças e acessórios	17
Combustíveis e lubrificantes	17
Manutenção e reparações	17
Outros serv. relac. c/ equip. p/ transp. pessoal	17
Serviços de transporte	
Transportes ferroviários de passageiros	5
Transportes rodoviários de passageiros	5
Transportes aéreos de passageiros	5
Transportes de passag. p/ via marítima e fluvial	5
Outros serviços de transporte	5
Títulos de transporte combinados	5
Comunicações	
Comunicações	
Serviços postais	17
Equipamento de telecomunicações	17
Serviços de telefone, telegrafo e telefax	17
Lazer, recreação e cultura	
Equipamento, acessórios e reparações	
Equipamento de som e imagem	17
Equip. fotogr., cinema e instr. de óptica	17
Equipamento de processamento de dados	17
Outros bens duradouros para lazer e cultura	17
Jogos, brinquedos e outros art. de lazer	17
Aparelhos para gravação de som e imagem	17
Jardinagem	17
Animais de estimação	17
Reparação de equip. e acessórios	17
Serviços recreativos e culturais	
Serviços recreativos e culturais - Espectáculos	5
Outros serviços recreativos e culturais	
Desporto e lazer	5
Taxa de televisão, rádio e aluguer de aparelhos	17
Outros serviços	17
Jogos de azar	0
Jornais, livros e artigos de papelaria	
Livros (inclui dicionários)	5
Jornais e revistas	5
Material impresso diverso	5
Artigos de papelaria e material de desenho	17
Férias organizadas	
Férias organizadas	17

Descrição do Produto	Taxa de IVA (%)
Educação	
Serviços de educação	
Ensino pré-escolar	0
Ensino básico e secundário	0
Ensino superior	0
Outros tipos de ensino	0
Hotéis, cafés e restaurantes	
Refeições	
Restaurantes e cafés	12
Cantinas	12
Serviços de alojamento	
Serviços de alojamento	5
Bens e serviços diversos	
Cuidados pessoais	
Salões de cabeleir. e cuidados pessoais	17
Aparelhos e prod. p/ cuidados pessoais	17
Artigos pessoais n.e.	
Joalheria e relojoaria	17
Outros utensílios pessoais	17
Serviços de acção social	
Acção social sem alojamento	0
Seguros	
Seguros relacionados com a habitação	0
Seguros relacionados com os transportes	0
Serviços bancários n.e.	
Serviços financeiros n.e.	0
Outros serviços n.e.	
Outros serviços n.e.	17

ANEXO III

Dados do Consumo Intermédio da CGE

	milhões de euros		
	1995	2000	Taxa de IVA
Construções militares	59,4	64,3	0,0
Material militar	209,9	181,5	17,0
Material de secretaria	4,2	4,2	17,0
Material de cultura	25,4	32,3	5,0
Outros Bens duradouros	26,9	40,0	17,0
Matérias primas e subsidiárias	31,9	32,4	17,0
Combustíveis e Lubrificantes	54,1	66,2	17,0
Munições e Explosivos	10,3	4,5	0,0
Alimentação	101,9	110,6	5,0
Roupas e Calçado	23,5	30,3	17,0
Consumos de Secretaria	44,3	56,0	17,0
Material de Transporte-peças	9,4	11,2	17,0
Outros Bens não duradouros	211,9	1027,5	17,0
Encargos de Instalações	88,8	128,0	17,0
Conservação de Bens	162,2	208,9	17,0
Locação de Edifícios	21,4	62,0	0,0
Locação de Material de Informática	12,5	9,3	17,0
Locação de Outros Bens	5,3	11,8	17,0
Comunicações	77,1	119,8	17,0
Transportes	70,1	79,1	17,0
Representação de serviços	7,3	9,3	17,0
Seguros	4,2	7,8	0,0
Outros Serviços	2121,0	2445,7	17,0
Total	3383,0	4742,5	

Fonte: Conta Geral do Estado 1995 e 2000, DGEP.

ANEXO IV

Consumo de Materiais das Empresas de Construção (1995 a 1997)

unidade: milhões de euros

	1995	peso	1996	peso	1997	peso	Média	peso
Materiais e Equipamentos								
Aglomerados de cortiça	3,6	0,2	4,3	0,2	4,5	0,2	4,1	0,2
alumínio			21,8	1,1	21,8	0,9	21,8	1,0
aparelhos de climatização	17,8	0,9	36,5	1,8	23,9	1,0	26,1	1,2
areia	60,5	3,2	60,6	3,0	114,8	4,9	78,6	3,7
artigos de barro vermelho	52,0	2,7	56,8	2,8	62,9	2,7	57,2	2,7
artigos sanitários	27,6	1,5	26,1	1,3	25,2	1,1	26,3	1,2
azulejos e mosaicos	33,1	1,7	46,2	2,3	52,1	2,2	43,8	2,0
betão pronto	143,3	7,5	173,8	8,7	209,8	9,0	175,6	8,2
brita	97,2	5,1	81,6	4,1	84,4	3,6	87,7	4,1
blocos de cimento e betão	17,0	0,9	17,9	0,9	25,5	1,1	20,1	0,9
cal e gesso	14,0	0,7	11,1	0,6	7,7	0,3	10,9	0,5
chapas e tubos de fibrocimento	4,9	0,3	7,1	0,4	12,8	0,5	8,3	0,4
cimento	131,0	6,9	138,9	6,9	150,8	6,4	140,2	6,6
colas e aditivos			3,8	0,2	6,7	0,3	5,3	0,2
combustíveis e lubrificantes	7,6	0,4	55,4	2,8	75,9	3,2	46,3	2,2
elevadores, escadas e tapetes								
rolantes	14,1	0,7	10,3	0,5	12,6	0,5	12,3	0,6
equipamento de cozinha			7,0	0,4	5,4	0,2	6,2	0,3
estores e toldos	5,2	0,3	5,0	0,2	4,1	0,2	4,8	0,2
explosivos, cápsulas e rastilhos								
detonadores	8,3	0,4	7,3	0,4	9,0	0,4	8,2	0,4
ferro e aço	186,8	9,8	195,8	9,8	241,6	10,3	208,1	9,7
guardas de segurança			2,7	0,1	2,6	0,1	2,7	0,1
ladrilhos	11,4	0,6	9,4	0,5	8,4	0,4	9,7	0,5
madeiras	52,1	2,7	60,5	3,0	64,5	2,8	59,0	2,8
mármore e cantarias	44,7	2,4	47,8	2,4	46,1	2,0	46,2	2,2
material para canalizações	55,8	2,9	50,0	2,5	43,0	1,8	49,6	2,3
material eléctrico	165,7	8,7	133,3	6,7	139,7	6,0	146,2	6,8
material de impermeabilização			15,7	0,8	29,9	1,3	22,8	1,1
material de isolamento			8,3	0,4	16,6	0,7	12,5	0,6
materiais pré-fabricados	31,1	1,6	26,3	1,3	42,5	1,8	33,3	1,6
móveis de cozinha	13,7	0,7	11,7	0,6	12,6	0,5	12,7	0,6
pedra	13,1	0,7	17,2	0,9	38,1	1,6	22,8	1,1
portas e roupeiros de madeira	13,4	0,7	15,3	0,8	17,5	0,7	15,4	0,7
produtos betuminosos	86,3	4,5	59,3	3,0	74,5	3,2	73,4	3,4
sinalização vertical e horizontal			7,7	0,4	4,7	0,2	6,2	0,3
sistemas de segurança e material de								
detecção de incêndios			2,9	0,1	11,2	0,5	7,0	0,3
soalhos de madeira	9,0	0,5	7,6	0,4	8,5	0,4	8,4	0,4
tintas e vernizes	28,7	1,5	27,7	1,4	29,0	1,2	28,5	1,3
torneiras			4,0	0,2	3,1	0,1	3,5	0,2
tubos de PVC			20,7	1,0	27,3	1,2	24,0	1,1
tubos e manilhas de betão			15,0	0,7	25,6	1,1	20,3	0,9
vidros	9,7	0,5	9,5	0,5	11,4	0,5	10,2	0,5
tout-venant			44,0	2,2	43,0	1,8	43,5	2,0
outros materiais e equipamentos	355,9	18,7	310,2	15,5	366,7	15,7	344,3	16,1
<i>Sub-Total</i>	1714,6	90,2	1874,0	93,5	2217,8	94,7	1994,1	93,2
Produtos Energéticos	185,7	9,8	129,7	6,5	123,1	5,3	146,2	6,8
Total	1900,3	100,0	2003,7	100,0	2341,0	100,0	2140,3	100,0

Fontes: INE, DGEP.